



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 104/XII/ 2.<sup>a</sup> SL

Aos 18 dias do mês de dezembro de 2012, pelas 14:00 horas, reuniu a Comissão de Economia e Obras Públicas, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

Audições sobre a privatização da ANA – Aeroportos de Portugal, S.A, e a reprivatização da TAP – Transportes Aéreos Portugueses, S.A, na sequência de requerimentos do PS. (Reunião conjunta com a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública)

14:00

Presidente do Tribunal de Contas

18:00

Comissão de Acompanhamento da Privatização da ANA e da Comissão de Acompanhamento da Reprivatização da TAP

---

**Audições sobre a privatização da ANA – Aeroportos de Portugal, S.A, e a reprivatização da TAP – Transportes Aéreos Portugueses, S.A, na sequência de requerimentos do PS. (Reunião conjunta com a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública)**

Antes de iniciada a audição do Presidente do Tribunal de Contas, o Senhor Presidente informou que a audição do Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, que estava inicialmente prevista para as 16 horas, tinha sido adiada para a mesma data em que se realizasse a audição da Secretária de Estado do Tesouro.

Usou da palavra o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP), para discordar do adiamento da audição, referindo que a relação institucional e o quadro de cooperação institucional entre a Assembleia da República e o Governo estavam em causa. Fez



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 104/XII/ 2.ª SL

também alusão às afirmações do Ministro de Estado e das Finanças a respeito desta matéria, na Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública. Considerou que estes processos tinham duas fases: a primeira quando nada está decidido e não se pode dizer nada, e a segunda quando tudo está já decidido e já não vale a pena dizer nada. Defendeu que deveria conseguir-se encontrar uma data para a realização das audições antes de tudo estar consumado.

Na sequência desta intervenção, o Senhor Presidente lembrou que no dia seguinte estaria presente na reunião da Comissão do dia seguinte o Ministro da Economia e do Emprego, acompanhado da sua equipa, a qual incluía o Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações. Respondeu o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) que havia uma audição específica sobre esta matéria, a qual tinha sido adiada e para se incluir esta matéria na audição do dia seguinte não se discutem outras matérias, acrescentando que essa não será uma reunião conjunta com a COFAP.

Pelo Senhor Presidente da COFAP foi afirmado que uma audição regular ao abrigo do artigo 104.º, n.º 2, do Regimento é uma matéria da estrita competência da CEOP, o passo que os processos que se estão a debater nestas reuniões conjuntas conjugam as competências da CEOP e da COFAP.

A Senhora Deputada Ana Drago (BE) questionou o facto de o Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações ter entendido, na passada semana, que poderia estar presente hoje na reunião da Comissão e agora já ter entendimento diverso, ao que o Senhor Presidente respondeu lembrando os termos do e-mail que tinha sido enviado pelo Gabinete do Secretário de Estado.

Pelo Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS) foi lembrado que a maioria já tinha rejeitado por três vezes a pretensão de ouvir o Secretário de Estado, a indisponibilidade da Secretária de Estado do Tesouro para comparecer perante a Comissão até ao final do ano e as afirmações do Ministro de Estado e das Finanças nessa manhã. Lembrou também que uma das funções da Assembleia da República é precisamente fiscalizar a atuação do Governo e afirmou não perceber o que tem o Governo a esconder sobre este assunto. Defendeu que a posição institucional do



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 104/XII/ 2.ª SL

Presidente da Comissão deve ser a de velar pelo que foi aprovado e pelas competências de acompanhamento da atividade dos membros do Governo, questionando o que podem as comissões fazer para que os membros do Governo venham em tempo útil dar as explicações de devem à Assembleia da República.

Respondeu o Senhor Presidente que faria o que a Comissão entendesse que deve fazer. Afirmou que fez o que achou serem as boas práticas parlamentares. Não havia, do ponto de vista regimental, nada que permitisse fazer outra coisa que não aceitar a alteração da audição. Se os Deputados entendiam que o Regimento permite fazer algo mais, então que o dissessem, e enquanto Presidente da Comissão, atuaria em conformidade.

Retorquiu o Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS) que os Deputados têm apoiado todas as diligências do Presidente da Comissão. Expressou o entendimento de que este episódio não prestigia nem o Parlamento nem o Governo e o seu grupo parlamentar iria equacionar todos os mecanismos regimentais para que os processos relativos à ANA e à TAP fossem escrutinados.

Por sua vez, o Senhor Deputado Hélder Amaral (CDS-PP) afirmou que se o PSD propôs a audição do Secretário de Estado foi porque a entendeu pertinente; na altura o CDS-PP tinha concordado com a audição e alertado para a dificuldade em ouvir todas as entidades em tempo útil. O Presidente da Comissão fez o que tinha a fazer. Não era a primeira vez nem seria a última que um membro do Governo solicita o adiamento da audição. Concluiu afirmando que dava por boa a explicação do Secretário de Estado e as diligências do Presidente e aceitaria qualquer data para a audição.

Pelo Senhor Deputado Luís Menezes (PSD) foi reiterado que tinha sido o seu grupo parlamentar a propor a audição do Secretário de Estado e que fazia todo o sentido que a audição fosse conjunta com a da Secretária de Estado do Tesouro. Lembrou também que ainda não tinha havido qualquer ação governativa sobre a TAP ou a ANA, pois os processos ainda não estavam terminados.



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 104/XII/ 2.ª SL

Responderam a esta intervenção os Senhores Deputados Bruno Dias (PCP), para defender que cabe à Assembleia da República tomar medidas para contribuir que este não seja um assunto terminado, considerar inaceitável que o Secretário de Estado só esteja disponível para vir à Comissão quando vier a Secretária de Estado do Tesouro, e afirmar que há um veto político por parte de um membro do Governo e algo deveria ser feito para que não se aceite esta atitude como algo banal; Ana Drago (BE), para afirmar que se trata de um processo pouco saudável, que o que está a ser preparado pelo Governo coloca em risco o interesse nacional, que deve ser feita alguma leitura política sobre a opacidade destes processo de privatização e reprivatização, e que a Assembleia da República não podia ser enxovalhada desta maneira, tendo sugerido que se criasse uma grelha própria para a reunião do dia seguinte, para fazer esta audição; e Rui Paulo Figueiredo (PS), para concordar com esta proposta e informar que o PS iria recorrer à intervenção da Senhora Presidente da Assembleia da República nesta questão.

Tornou a usar da palavra o Senhor Deputado Luís Menezes (PSD), para solicitar que a discussão deste requerimento oral fosse adiada para o fim da reunião, e lembrar os mecanismos ao dispor dos Deputados para o exercício do seu mandato, nomeadamente as apreciações parlamentares que já tinham sido apresentadas.

**14:00**

#### **Presidente do Tribunal de Contas**

Realizado o momento de boas-vindas, o Senhor Presidente da CEOP deu a palavra ao Senhor Presidente do Tribunal de Contas para, sobre o tema em apreciação, informar os membros da Comissão.

O Senhor Presidente do Tribunal de Contas começou por referir que, ao que o Tribunal dizia respeito, não havia sido recebida documentação sobre os processos de privatização da ANA e reprivatização da TAP, uma vez que, de acordo com o Governo, por lapso, não tinha enviado. Apesar disso, o prazo legalmente previsto para o fazer ainda não estava esgotado, uma vez que os processos ainda se encontravam em desenvolvimento.



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 104/XII/ 2.ª SL

Embora ainda não tivesse sido aprovado o regime extraordinário para a salvaguarda dos ativos interesses estratégicos, no quadro do Tratado da União Europeia, não se estava perante nenhuma violação do mesmo.

Lembrou que o Conselho de Prevenção da Corrupção, a que preside, tinha aprovado uma recomendação no sentido de serem elaborados planos de intervenção de riscos, relativamente a cada processo

Em seguida, intervieram os Senhores Deputados Paulo Campos (PS), Luís Menezes (PSD), Hélder Amaral (CDS-PP), Bruno Dias (PCP) e Ana Drago (BE).

Por fim, o Senhor Presidente do Tribunal de Contas reiterou a sua disponibilidade para comparecer perante os membros da CEOP para efeito de realização de nova audição, decorrente de avaliação entretanto efetuada na sequência da análise à documentação a enviar pelo Governo, caso assim viesse a ser considerado de utilidade. Ainda assim, insistia na necessidade de serem cumpridos os princípios de defesa e salvaguarda da concorrência, da transparência do mercado e dos interesses estratégicos, no âmbito da preservação dos serviços de interesse económico geral.

Em seguida, o Senhor Presidente da CEOP, retomando o ponto prévio da discussão do requerimento oralmente formulado pelo BE, submeteu-o à votação cujo sentido foi o seguinte: rejeitado, com votos contra do PSD e do CDS-PP e a favor do PS, PCP e BE.

Sobre o mesmo pronunciaram-se os Senhores Deputados Rui Paulo Figueiredo (PS) para referir que o PS não se conformava com a não comparência do Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas para debater os processos de privatização da ANA e da TAP e, nesse sentido tinha sido entregue a S. Ex<sup>ª</sup> a Presidente da Assembleia da República uma carta para que, de forma institucional, diligenciasse junto do Governo a realização da audição daquele membro do Governo, em tempo útil; Hélder Amaral (CDS-PP) que, afirmando desconhecer a entrega da mencionada carta, lembrava que, na reunião a ter lugar no dia seguinte, a apresentação das perguntas



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 104/XII/ 2.ª SL

seria livre; Luís Menezes (PSD), que subscrevia as palavras do orador anterior; Bruno Dias (PCP), para dizer que a proposta apresentada constituía um contributo para ouvir os membros do Governo antes da decisão e, por isso, a inviabilização da audição era considerada inqualificável. Em resposta, o Senhor Deputado Luís Menezes (PSD) referiu que o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) tinha-se excedido ao proferir a afirmação sobre a inviabilização do Senhor Secretário de Estado, na Comissão.

**18:00**

#### **Comissão de Acompanhamento da Privatização da ANA e da Comissão de Acompanhamento da Reprivatização da TAP**

Reiniciada a reunião, o Senhor Presidente deu as boas-vindas aos membros das comissões de acompanhamento, que dispensaram a realização de uma intervenção inicial, tendo afirmado apenas que sobre o processo da TAP sabiam pouco, porque estavam a começar a analisar a documentação disponível, e quanto à ANA ainda não tinham iniciado a análise da documentação.

Na primeira ronda de perguntas usaram da palavra os Senhores Deputados Rui Paulo Figueiredo (PS), Nuno Matias (PSD), Vera Rodrigues (CDS-PP), Agostinho Lopes (PCP) e Ana Drago (BE), tendo os membros das comissões de acompanhamento respondido em conjunto às questões colocadas.

Na segunda ronda, foram solicitados esclarecimentos adicionais pelos Senhores Deputados Rui Paulo Figueiredo (PS), Nuno Matias (PSD) e Agostinho Lopes (PCP), bem como pelo Senhor Presidente da Comissão, os quais foram prestados a final pelos membros das comissões de acompanhamento.

Finalmente, na terceira ronda usaram ainda da palavra os Senhores Deputados Paulo Campos (PS) e Luís Menezes (PSD), tendo os membros das comissões de acompanhamento respondido às questões colocadas.

As audições foram objeto de gravação na íntegra, encontrando-se disponíveis na página da Comissão na Internet.



**COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS**

**ATA NÚMERO 104/XII/ 2.<sup>a</sup> SL**

A reunião foi encerrada às 20:00 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 04 de janeiro de 2013.

**O PRESIDENTE**

**(LUÍS CAMPOS FERREIRA)**



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 104/XII/ 2.ª SL

#### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adriano Rafael Moreira  
Agostinho Lopes  
Ana Drago  
Ana Paula Vitorino  
Carina Oliveira  
Cláudia Monteiro de Aguiar  
Fernando Jesus  
Fernando Serrasqueiro  
Helder Amaral  
Heloísa Apolónia  
Hortense Martins  
João Paulo Viegas  
Luís Campos Ferreira  
Luís Leite Ramos  
Luís Menezes  
Nuno Encarnação  
Nuno Filipe Matias  
Paulo Ribeiro de Campos  
Rui Paulo Figueiredo  
Afonso Oliveira  
Bruno Dias  
Cristóvão Crespo  
Fernando Virgílio Macedo  
Paulo Cavaleiro

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Duarte Cordeiro  
Paulo Batista Santos  
Pedro Pinto

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Eduardo Teixeira